

# “Descansar e dormir sem riscos”: o *Jornal do Médico* (Portugal) e o desastre da talidomida, 1960-1962

*“Risk-free rest and sleep:”  
Jornal do Médico (Portugal)  
and the thalidomide disaster,  
1960-1962*

José Augusto Leandro<sup>i</sup>

<sup>i</sup> Professor, Departamento de História; Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa – PR – Brasil

orcid.org/0000-0002-3408-4404

joseaugustoleandro@gmail.com

Recebido em 29 abr. 2018.

Aprovado em 13 set. 2018.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702020000100002>

LEANDRO, José Augusto. “Descansar e dormir sem riscos”: o *Jornal do Médico* (Portugal) e o desastre da talidomida, 1960-1962. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar. 2020, p.15-32.

## Resumo

O artigo analisa como o periódico *Jornal do Médico*, editado na cidade do Porto, em Portugal, divulgou o desastre da talidomida. A pesquisa percorreu as páginas da fonte desde o início de 1960 até o final de 1962. Aqui, objetivam-se apontar e discutir duas questões interligadas: a morosidade em publicar matérias sobre os efeitos deletérios do medicamento, vendido no país sob a denominação Softenon®, e a construção discursiva da isenção da responsabilidade do médico no fenômeno da iatrogenia medicamentosa.

Palavras-chave: imprensa médica; história dos medicamentos; talidomida; iatrogenia medicamentosa; Portugal.

## Abstract

*This article analyzes the way the Porto-based journal *Jornal do Médico* reported on the thalidomide disaster. The pages of the publication are researched from the beginning of 1960 to the end of 1962 with the aim of identifying and discussing two interconnected questions: the delay in publishing news on the harmful effects of the drug, which was sold in the country under the brand name Softenon®, and the discursive construction of a lack of accountability on the part of physicians for the phenomenon of medication iatrogenesis.*

*Keywords: medical publications; history of drugs; thalidomide; medication iatrogenesis; Portugal.*



O século XX foi marcado pelo desenvolvimento célere de novos fármacos, nos EUA e na Europa, sobretudo no período subsequente ao término da Segunda Guerra Mundial. Após o conflito bélico, seguiu-se um espetacular crescimento do setor industrial químico e farmacêutico, e, segundo Jean-Charles Sournia (1995, p.347), “a farmacopeia, que permaneceu quase inalterada durante mil anos”, viu “a sua lista aumentar alguns milhares de medicamentos”.

De fato, a tecnologia da quimiossíntese para produção de fármacos, notadamente nas décadas de 1940 e 1950, propiciou mudanças drásticas na terapêutica de inúmeras doenças. O historiador Roy Porter (2004, p.131-133) destacou a emergência de algumas novas drogas, como a penicilina, identificada em 1928 e transformada em medicamento em 1943, que se revelou “extremamente eficaz contra pneumococos, gonococos, meningococos e os bacilos do carbúnculo, do tétano e da sífilis”; a estreptomicina, isolada como antibiótico em 1944, que se mostrou ativa “contra o bacilo da tuberculose e tinha baixa toxicidade”; e, na década de 1950, a cortisona, “de valor inestimável” para “estados inflamatórios” e “os primeiros agentes psicofarmacológicos eficazes”.<sup>1</sup>

Nesta conjuntura de sintetização de substâncias com o intuito de posicionar novos produtos farmacêuticos no comércio, um pequeno laboratório alemão chamado Chemie Grünenthal, localizado na cidade de Stolberg, no oeste do país, submeteu à experiência as possíveis qualidades terapêuticas da talidomida. A empresa buscava um moderno anti-histamínico. Porém, se os testes a partir da busca do combate às alergias não demonstraram sucesso, os cientistas da companhia, alguns dos quais haviam trabalhado para o Terceiro Reich (Brynnner, Stephens, 2001, p.10), verificaram vantagens de se produzir e comercializar a droga sobretudo a partir de um dos seus efeitos evidenciados: “As propriedades sedativas e hipnóticas da substância” (Oliveira, Bermudez, Sousa, 1999, p.100-101).

O Contergan®, o nome fantasia de maior sucesso da talidomida na Alemanha, colocado no mercado em outubro de 1957, foi vendido pela Chemie Grünenthal como soporífero que permitia um sono reconstituidor, sem a toxicidade comum verificada nos barbitúricos e, portanto, sem riscos de danos e de causar vício. Além disso, outras “qualidades” foram verificadas na substância. Ela também atuava como um excelente antiemético e, por isso, foi indicada para mulheres grávidas que viviam às voltas com os enjoos matinais típicos do período gestacional inicial. Widukind Lenz demonstrou que em novembro de 1956 a talidomida já estava na composição de um medicamento contra a influenza, desenvolvido pela Grünenthal, o Grippex®.<sup>2</sup>

O crescimento da Chemie Grünenthal entre o pós-guerra e o início da década de 1960 foi notável. Se ela iniciou sua trajetória em 1946 como um negócio familiar voltado para produção de pomadas, desinfetantes, fitoterápicos e outros produtos de menor importância, por volta de 1953-1954 já desenvolvia uma variante da penicilina, chamada pela empresa de Supracilina; quando o mercado de antibióticos tornou-se saturado, a colocação na praça de tranquilizantes e pílulas para dormir, pretensamente seguros, acendeu a fome da companhia por novos lucros (Brynnner, Stephens, 2001, p.5-7). Foi assim que a droga talidomida chegou a diversos países, e, em Portugal, por meio da fabricante original, Chemie Grünenthal, pelo seu representante Paracélsia Ltda., laboratório farmacêutico criado em 1930, com sede na cidade do Porto. De acordo com o “Simposium Terapêutico”

organizado por Judith Lupi Nogueira e João Baptista Jacquet (1960, p.814), no final da década de 1950 o laboratório Paracélsia também possuía agentes comerciais em Funchal (Ilha da Madeira), Ponta Delgada/São Miguel (Açores), Angra do Heroísmo/Ilha Terceira (Açores), Luanda (Angola) e Lourenço Marques (Moçambique).

A partir do início de dezembro de 1961, e ao longo do primeiro trimestre de 1962, jornais de circulação diária e revistas de variedades de grande tiragem, em várias partes do mundo, passaram a registrar aquilo que foi denominado, muitas vezes, como a “tragédia da talidomida”.<sup>3</sup> Milhares de nascituros foram afetados com focomelia ou amelia/dismelia (encurtamento ou ausência de membros superiores e/ou inferiores), pois mulheres em estado de gravidez ingeriram a droga teratogênica. Além disso, diversas outras embriopatias foram registradas em bebês, como ausência de orelhas, problemas de visão, problemas na formação da coluna vertebral, nos rins, nos intestinos, no coração e nos órgãos genitais (Brynnner, Stephens, 2001, p.64); vale registrar a ocorrência de um grande número de natimortos e dos muitos recém-nascidos que não sobreviveram dias ou mesmo horas subsequentes ao parto. Estima-se que entre 15 e 20 mil bebês foram atingidos pela síndrome da talidomida, em cerca de 46 países em todos os continentes (Mokhiber, 1995, p.371). Martin Johnson, ex-diretor do fundo financeiro para os afetados pela talidomida na Grã-Bretanha, sugere a cifra de 100 mil bebês atingidos ao redor do mundo, dos quais 80 mil teriam sido “mortos” pela droga no período 1958-1962 (Meikle, 6 mar. 2016). Nos adultos que ingeriram o medicamento, o principal efeito adverso foi o desenvolvimento de neuropatia periférica/polineurite.

Neste artigo, revisitam-se alguns eventos ligados ao desastre da talidomida e busca-se analisar como um veículo da imprensa periódica portuguesa, especializado em medicina, divulgou o acontecimento da iatrogenia medicamentosa. Vale registrar, aqui, que o país em tela não era desprovido de leis e regulamentos concernentes a medicamentos. Conforme apontamentos de Micaela Figueira de Sousa, João Rui Pita e Ana Leonor Pereira (2014), a necessidade de controle de produtos de farmácia, a partir do período inaugurado pela rápida expansão da industrialização desses produtos, fez com que Portugal criasse, em 1940, a Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, a CRPQF; também foram promulgadas no país “leis sustentadas na argumentação científica cujos objetivos eram beneficiar a saúde da população, melhorar a qualidade do medicamento e regular jurídica e economicamente o setor” (Sousa, Pita, Pereira, 2014, p.12). Ademais, em meados da década de 1950 ocorreram debates sobre a regulamentação de fármacos a partir de um revés com a droga Lipocina. Tal acontecimento, registra Micaela Sousa (2017, p.5), foi “um acidente tóxico ocorrido com um medicamento antibiótico”, acontecido no centro do país, no Fundão, no ano de 1955, em que pelo menos duas crianças faleceram, e “parece ter sido determinante para a publicação do Decreto nº 41.448, de 18 de dezembro de 1957”. Segundo a pesquisadora, “a partir desse momento todos os medicamentos, nacionais e estrangeiros, passaram a ter de fazer provas de qualidade, segurança e eficácia, antes de serem introduzidos no mercado”, sendo tal decreto “mesmo um diploma pioneiro a nível europeu” (p.5).

No texto que segue faz-se, num primeiro momento, uma breve descrição da fonte utilizada e demonstra-se que o *Jornal do Médico* divulgou os “benefícios” do medicamento

Softenon® com grande destaque para a comunidade científica portuguesa, entre outubro de 1960 e dezembro de 1961; na sequência, avança-se a partir dos objetivos específicos do artigo: fazem-se apontamentos sobre a lentidão do periódico em noticiar o desastre; e, com base na noção apontada por Ulrich Beck (2011, p.27) de que, na sociedade de risco os conhecimentos estão “abertos a processos sociais de definição” – os riscos, segundo ele, “podem ser alterados, diminuídos ou aumentados, dramatizados ou minimizados” –, analisa-se como os discursos impressos nas páginas do *Jornal do Médico* atuaram nesse sentido. Demonstra-se, então, que esses discursos logo se prontificaram em isentar de responsabilização os profissionais da medicina no evento iatrogênico.<sup>4</sup>

### **O *Jornal do Médico* e o Softenon®**

Fundado pelo ginecologista Mário Cardia, em 1940, o *Jornal do Médico* teve existência que “se prolongou até 1992” (Aroso, 2016, p.290). Segundo José Conde (citado em Aroso, 2016, p.288-289), o periódico nasceu como um jornal de “âmbito nacional”, “multidisciplinar”, “científico e informativo”, e sua política, desde o início, foi sempre ligada aos “interesses e aspirações da classe médica”. Para António Maia Gonçalves (citado em Aroso, 2016, p.290), Cardia “foi o pioneiro do jornalismo médico” em Portugal, o primeiro a fazer disso “uma profissão”.

Alírio Queirós (2009, p.32), que estudou a recepção da obra de Freud em Portugal, afirma que o *Jornal do Médico* estava entre as publicações que “contribuíram para o prestígio e a confiança médica”. Segundo ele, o periódico estava no rol das “publicações de caráter eminentemente científico” e, por isso, estava menos sujeito “ao lápis azul do censor” (p.32). Vale lembrar que, desde 1926, o país vivia sob a égide de um regime ditatorial militar, e o período do Estado Novo (1933-1974), iniciado com Salazar na presidência, caracterizou-se, entre outros aspectos, pela forte censura aos meios de comunicação. Segundo Vanessa Gomes Rolim (2012, p.2; destaques no original), “a Censura realizava cortes a azul e carimbava os conteúdos informativos que não lhe agradavam com ‘autorizado’, ‘autorizado com cortes’, ‘cortado’ ou ‘suspensão’”.

Em formato tabloide, o *Jornal do Médico* iniciou com tiragens quinzenais. Na década de 1960 já era semanal, sempre publicado aos sábados. Apresentava-se, em sua capa frontal, como semanário de ciências médicas, assuntos profissionais, informação e cultura. Seu diretor, nessa época, era Armando Pombal, médico clínico, um dos divulgadores, em Portugal, das virtudes da estreptomycina no tratamento da meningite tuberculosa (Bell, 2014, p.265), e o editor era Alberto Correia da Silva. Mário Cardia, o fundador, já havia abandonado o projeto em 1949.<sup>5</sup> A redação e a administração do *Jornal do Médico* ficavam na cidade do Porto, e havia uma sucursal na Praça da Alegria, em Lisboa. A composição e a impressão estavam a cargo da Tipografia Costa Carregal, também na cidade do Porto. O periódico contava com um conselho científico nacional com médicos de Coimbra, Porto e Lisboa; algumas edições, no período analisado, mencionaram conselho científico internacional, com especialistas de Zurique, Rio de Janeiro, Rochester, São Paulo, Madri, Buenos Aires, Genebra e Paris.

Entre o início de 1960 e o final de 1962, o *Jornal do Médico* apresentou seções internas permanentes: “Editorial”; “Artigos originais”; “Seleções e divulgações”; “Livros e periódicos”;

“O que vai pelo mundo”; “Crônicas e comentários”; “Novidades e curiosidades”; “A vida médica nacional”. Os editoriais eram assinados por diferentes médicos. Os “Artigos originais” eram os de maior vigor científico, normalmente com mais de três páginas, assinados por escúlianos portugueses especialistas no assunto ali impresso. As “Seleções e divulgações” também diziam respeito a artigos, porém, eram traduções de autores estrangeiros e geralmente com conteúdos não tão extensos. A seção “Livros e periódicos” trazia extratos de publicações e comunicações médico-científicas diversas, geralmente de autores portugueses. “O que vai pelo mundo” publicava, de maneira bastante resumida, alguns acontecimentos ligados ao universo médico considerados de repercussão pelo editor. A seção “Crônicas e comentários” era dedicada às questões que diziam respeito ao papel social da medicina portuguesa. As “Novidades e curiosidades” traziam textos explicativos de novas técnicas médicas ou expunham algo que o editor considerasse de interesse científico, num linguajar mais coloquial. E, por fim, a “Vida médica nacional” dava conta de divulgar simpósios e eventos médicos em Portugal, bem como instituições de saúde do país, além de registrar homenagens a doutores expoentes em suas áreas de atuação.

No período de 1960 a 1962, se o jornal continuava a destacar fatos e êxitos da medicina além das fronteiras do país, ao mesmo tempo, já havia se transformado em um veículo que valorizava sobremaneira as conquistas médicas e farmacêuticas portuguesas. Suas páginas criavam a atmosfera propícia para o desenvolvimento de um sentimento de uma comunidade política imaginada entre os profissionais da medicina e da farmácia, “como uma profunda camaradagem horizontal” (Anderson, 2008, p.34). Quando das “Jornadas Farmacêuticas Portuguesas”, realizadas de 31 de maio a 3 de junho de 1962, por exemplo, o jornal destacou as seguintes palavras do professor José do Vale Serrano: “Que cada um, na remota farmácia da aldeia, na indústria farmacêutica, no laboratório de análises, dignifique a profissão que exerce – e assim prestigiará a classe a que pertence” (Jornadas..., 30 jun. 1962, p.519). O ministro da Saúde, presente na abertura do evento, destacou a necessidade de se “cobrir sanitariamente o País” e que, para tanto, era urgente “colocar ao dispor de todos os portugueses, tanto médicos como medicamentos” para as “populações rurais do interior” (p.519).

No início da década de 1960, uma das características do *Jornal do Médico*, presente desde o seu nascimento, estava cada vez mais forte: a propaganda de medicamentos.<sup>6</sup> Na edição de 9 de janeiro de 1960, por exemplo, anúncio em cores de Angitracil-Bi®, produto “novo” para “amigdalites e laringites agudas”, dos Laboratórios Azevedos, ocupava mais da metade da capa frontal. Todas as edições analisadas até o final de 1962 seguiram o mesmo padrão de capas frontais, mudando apenas o produto anunciado, que, no período analisado, alternou entre o Bioluetil® para sífilis; o Entero-septil®, anti-histamínico; o Calcifên®, antitóxico, antialérgico e antiprurítico; o Lisopan®, analgésico; e o Lyspafene®, sedativo. A edição comemorativa do vigésimo aniversário do *Jornal do Médico*, em 3 de dezembro de 1960, trouxe, além do anúncio do medicamento da capa, cerca de setenta anúncios de marcas de diferentes fármacos.

No intervalo de tempo entre janeiro de 1960 e dezembro de 1962 foram variadas as matérias científicas publicadas acompanhadas de anúncios de medicamentos. Aqui, destaca-se a edição comemorativa dos 21 anos do *Jornal do Médico*, que espelha o quanto a

publicação já tinha se expandido pelo país, atingindo grande número de leitores. O número especial veio à luz em dezembro de 1961 – o mesmo mês em que o desastre da talidomida foi confirmado em periódicos científicos da Alemanha e da Inglaterra. Segundo o próprio jornal divulgou na semana anterior ao aniversário, a edição especial que estava sendo preparada teria 160 páginas e seria “profusamente” ilustrada “com cerca de uma centena e meia de gravuras”. Ainda, divulgava-se que o *Jornal do Médico* se aproximava “de um milhar de números publicados, com dezenas de milhares de páginas impressas e milhões de exemplares distribuídos” e que o aguardado número especial dos 21 anos traria “as seguintes especialidades: Pneumotisiologia, Neurologia e Psiquiatria, Anátomo-Patologia, Gastroenterologia, Diabetologia, Venerologia, Medicina Interna etc.” (Aos nossos..., 25 nov. 1961, p.654).

De fato, a edição do dia 2 de dezembro de 1961 foi fartamente ilustrada com propagandas de medicamentos diversos, e o artigo de maior destaque trazia o título “O sono e seus problemas”, assinado pelo professor Diogo Furtado (2 dez. 1961, p.697-717). O texto reproduzia a conferência do médico proferida na cidade do Porto em 27 de maio daquele ano. Intercalado nas 13 páginas do artigo, um anúncio expunha duas novas formas de talidomida a partir do medicamento Softenon®: xarope e supositórios. O xarope foi anunciado como tendo “rápido início de ação, sabor agradável e excelente tolerância”, e o supositório foi indicado “para uso pediátrico, geriátrico e em anestesiologia”. A propaganda reforçava que o Softenon® era “um sedativo e hipnótico não barbitúrico de maior segurança”. O xarope vinha em um frasco de 100ml, os supositórios, em “caixa de 6” (Anúncio Softenon, 2 dez. 1961, p.706).

É muito provável que a primeira propaganda dos “benefícios” da talidomida, com grande repercussão entre os médicos de Portugal, tenha sido a veiculada nas páginas do próprio *Jornal do Médico*, na edição de 8 de outubro de 1960 (Anúncio Softenon, 8 out. 1960, p.212). Nessa publicação, propaganda de página inteira trazia, na parte superior, um desenho de uma meia lua vermelha e três nuvens dispersas sobre um fundo cinza e preto, sugerindo um cenário noturno. Logo abaixo das ilustrações, os seguintes dizeres:

Descansar e dormir sem riscos  
SOFTENON  
Comprimidos de 25mg  
SOFTENON FORTE  
Comprimidos de 100mg  
Novo sedativo e hipnótico não barbitúrico  
Seguramente eficaz  
De efeito rápido  
Inodoro e insípido  
Sem risco de intoxicação  
O princípio ativo do Softnenon, a talidomida,  
representa a mais recente contribuição da investigação Grünenthal  
para o progresso da terapêutica (Anúncio Softenon, 8 out. 1960, p.212).

No referido anúncio do Softenon® seguiam impressos a logomarca da companhia Chemie Grünenthal, com indicação de que sua sede ficava na cidade de Stolberg/Rheinland

(Alemanha), e, na parte inferior da peça publicitária, o nome do laboratório que distribuía a nova droga em Portugal e seus representantes além-mar:

PARACÉLSIA, LIMITADA – LISBOA – PORTO.  
Soc. Geral Africana, LDA. Lourenço Marques – Moçambique  
Regal, LDA. – Luanda – Angola  
Drogaria Raicar – Margão – Goa (Anúncio Softenon, 8 out. 1960, p.212).

O ano de 1960, aliás, parece ter sido pródigo em anúncios de medicamentos indutores do sono. A edição de 9 de janeiro divulgou propaganda do Soneryl<sup>®</sup>, indicado para diversos tipos de insônias, como as provocadas por dores, infecções ou ansiedade.. A edição de 30 de abril apresentou o calmante, sedativo e antiespasmódico Nersan<sup>®</sup>, recomendado para nervosismo, insônia, ansiedade e eretismo cardíaco; a edição de 17 de setembro estampou o Sediton<sup>®</sup>, sedativo neurovegetativo com múltiplos pontos de ação; a edição de 8 de outubro, além do Softenon<sup>®</sup>, propagandeou também o Lubrokal<sup>®</sup>, conveniente na insônia, nos estados espasmódicos, nas perturbações somático-nervosas; e a edição de 3 de dezembro difundiu aos leitores o medicamento Neurinasa<sup>®</sup>, suposta panaceia, pois era sugerido para o tratamento de insônia, histeria, aerofagia, enxaqueca, neurastenia, palpitações, tiques nervosos, alcoolismo agudo, nervosismo decorrente de estafa e perturbações da menopausa.

### **Morosidade e isenção da responsabilidade médica**

É notável a morosidade em se divulgar, nas páginas do *Jornal do Médico*, os efeitos danosos da talidomida, sua associação com diversas teratogênias ocasionadas em muitos bebês ao redor do mundo. Já em 2 de dezembro de 1961, duas prestigiadas revistas médicas que circulavam amplamente na Europa, *The Lancet* e *British Medical Journal*, ambas publicadas na Inglaterra, davam conta de noticiar que a talidomida havia sido retirada do mercado britânico, pois relatórios afirmavam a possibilidade de o feto ser atingido no período inicial da gravidez (Brynner, Stephens, 2001, p.36).

O *Jornal do Médico* só noticiou, pela primeira vez, a associação entre a substância talidomida e a teratologia verificada em bebês em 18 de agosto de 1962, na sua seção “O que vai pelo mundo”. Apesar de ocupar várias páginas do periódico, as notícias da talidomida foram organizadas em pequenos *flashes*, um total de 29 chamadas, deixando-se as menções ao fenômeno em Portugal discretas, em apenas dois dos blocos, o penúltimo e o último. As notícias foram distribuídas com os seguintes títulos:

Milhares de crianças sem braços e sem pernas porque as mães tomaram ‘Talidomida’.

O alarme provocado pela ‘Talidomida’ nos Estados Unidos.

Reflexos dos malefícios da ‘Talidomida’ no Canadá.

Também no México nasceu uma criança deformada.

A ‘droga maldita’ está a ser apreendida nos Estados Unidos.

Cinco a seis mil crianças inglesas e alemãs poderão nascer deformadas devido à ‘Talidomida’.

Aumenta a inquietação da opinião pública canadiana por causa da ‘Talidomida’.

Outra vítima da droga assinalada nos Estados Unidos.

Proibição da venda da ‘Talidomida’ no México.

...

Uma comissão senatorial americana procede a um inquérito sobre a ‘Talidomida’.

Admite-se que só 20% das mulheres que tomaram ‘Talidomida’ terão filhos anormais.

Vítimas da ‘Talidomida’ na Irlanda.

A firma alemã produtora da ‘Talidomida’ procede a investigações.

A imprensa norte-americana publica fotografias de crianças disformes.

Também na Holanda se assinalam vítimas da ‘droga maldita’.

O governo canadiano vai prestar assistência financeira às vítimas da ‘Talidomida’.

Mais um caso teratológico provocado pela ‘Talidomida’.

Procuram-se nos Estados Unidos 158 médicos detentores do perigoso produto.

Três novos casos de crianças deformadas na Alemanha Ocidental.

Mais um drama provocado pela ‘Talidomida’.

Condenado o recurso ao aborto no dramático caso da senhora americana que receia vir a ter um filho deformado.

Deslocou-se à Suécia para abortar a senhora americana que receia dar à luz um monstro.

A Santa Sé não admite a hipótese de aborto como solução para o problema da ‘Talidomida’.

O Vaticano censura as mães que desejam interromper a gravidez por temerem as consequências da ‘Talidomida’.

Calcula-se que até ao fim de agosto devem nascer na Inglaterra 800 crianças deformadas por causa da ‘Talidomida’.

Foi condecorada a médica que impediu a venda da ‘Talidomida’ nos Estados Unidos.

Esclarecimentos oportunos sobre o grave problema da ‘Talidomida’.

O drama da ‘Talidomida’ levanta o problema da comercialização precipitada de novos medicamentos (O que vai..., 18 ago. 1962, p.856-864; destaques no original).

Talvez, por decisão do seu diretor e do seu editor, o *Jornal do Médico* tenha optado pela morosidade na divulgação da iatrogenia medicamentosa como uma espécie de barreira ou escudo visando à autoproteção de qualquer possível consequência jurídica negativa contra sua equipe. Na sociedade de risco, como bem destaca Ulrich Beck (2011, p.28), “o potencial político das catástrofes” remete à “prevenção” e ao “manejo” dos desastres, o que implica



“uma reorganização do poder e da responsabilidade”. Assim, quem sabe, o periódico, que divulgou os benefícios do Softenon® para “descansar e dormir sem riscos”, temia ser acusado de algum comprometimento nos contornos do desastre em solo português; ou simplesmente os editores receavam diminuir o poder e o prestígio do jornal, já bem estabelecido frente a diversos setores da comunidade científica portuguesa. Também há que se aventar uma possível decisão comercial para a lentidão na divulgação do desastre: não suscetibilizar relações com o Laboratório Paracelsia, que distribuiu o Softenon® em Portugal, pois ele era um dos constantes anunciantes no periódico naquele momento.<sup>7</sup>

Pela análise do impresso não é possível saber a razão da morosidade. Pode-se, entretanto, e com boa dose de certeza, afirmar que muitos médicos portugueses trocavam informações com seus pares de outros países europeus e, certamente, as notícias da Grã-Bretanha e da Alemanha sobre o desastre fossem correntes em boa parte da comunidade médico-científica e, por extensão, de conhecimento dos envolvidos com a produção e edição do periódico. Entre a divulgação dos efeitos deletérios da droga em línguas alemã e inglesa e a exposição do fenômeno do desastre no periódico especializado em medicina editado na cidade do Porto passaram-se oito meses. No Brasil, informam Leandro e Santos (2015, p.995), a imprensa diária carioca já havia noticiado o desastre em março de 1962. Ademais, pelos 29 títulos das pequenas notícias da coluna “O que anda pelo mundo”, fica-se com a nítida impressão de que o *Jornal do Médico* represou, deliberadamente, por um bom tempo, as notícias sobre o desastre da talidomida. Quando decidiu liberá-las, foi uma “avalanche” de informações distribuídas em pequenos textos.

Como uma espécie de preparação do terreno para os leitores sobre a divulgação do acontecimento desastroso da talidomida, feita somente em agosto de 1962, três edições anteriores a essa data mencionaram o tema da teratogenia; porém, em nenhum momento abordaram o que já se debatia intensamente na Alemanha e na Inglaterra. O editorial de 17 de fevereiro de 1962, assinado pelo doutor Cidrais Rodrigues, mencionava a importância de se criar em Portugal um Instituto de Malformações Congênitas.

Quando um clínico, em qualquer ponto do País, tivesse ocasião de observar uma criança nascida com uma malformação congênita de qualquer tipo, deveria requerer a assistência do Instituto, que, sempre por seu intermédio, ajudaria a criança e os pais, orientando-os para o centro apropriado, informando-os imediatamente da idade mais indicada para a correção cirúrgica e evitando deste modo à família angustiada, quer o conformismo fatalista de quem já nada espera da vida, quer o desespero de correr de consulta para consulta, de hospital para hospital, de especialista para especialista, a ouvir opiniões que muitas vezes lhe parecem contraditórias...

O Instituto forneceria alimentação especial, o vestuário apropriado e todo equipamento exigido pela situação excepcional criada pela existência da malformação.

...

Por outro lado, competir-lhe-ia também a missão de organizar arquivos completos das malformações existentes entre nós, determinando a sua frequência absoluta e relativa (Rodrigues, 17 fev. 1962, p.347).

Incrivelmente, em 3 de março de 1962, o *Jornal do Médico* perdeu a oportunidade de trazer à luz o caso da talidomida. O periódico traduziu artigo dos doutores P. Chassagne

e L. Georges-Janet (3 mar. 1962), do Hospital Trousseau, de Paris, intitulado “Influência sobre o feto de certos tratamentos aplicados à mulher grávida”. Mesmo que o referido artigo tenha sido publicado originalmente nos *Annales de Pédiatrie*, em agosto-setembro de 1961 (portanto, antes da comunidade científica tomar conhecimento dos malefícios da talidomida em bebês), nenhuma menção à droga foi mencionada naquela edição de março de 1962.

Além dos textos mencionados, um terceiro discorreu genericamente sobre malformações congênicas. Com o sugestivo título “Doenças iatrogênicas e saúde pública”, assinado pelo doutor Artur Torres Pereira – formado em 1948 em medicina e cirurgia pela Faculdade de Medicina de Lisboa, pesquisador em microbiologia e, à época, médico subchefe do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana (Cristino, 1999, p.81-82) –, o artigo foi publicado na edição de 26 de maio de 1962. Em momento algum a palavra “talidomida” foi mencionada no texto. O tema do doutor Torres Pereira foi dividido em cinco partes – “As doenças iatrogênicas e o seu conceito”, “Responsabilidades do médico”, “Responsabilidades da comunidade”, “Responsabilidades da indústria farmacêutica” e “Profilaxia das doenças iatrogênicas”. No que tange ao item relacionado às responsabilidades do médico, o artigo iniciava isentando-os de uma responsabilidade maior, uma vez que se devia “partir do princípio de que o médico está a agir corretamente” (Torres Pereira, 26 maio 1962, p.207). Nesse caso, um dos problemas do médico residia no fato de que “o número de substâncias medicamentosas tem aumentado assustadoramente”; além disso, “outras forças” faziam-se “sentir ainda sobre o médico, como a pressão dos doentes que leram ou ouviram dizer dos méritos curativos de certo medicamento novo, e muitas vezes ele [o médico] transige” (p.207). Seu discurso claramente minimizou, e mesmo isentou, o papel dos médicos nas doenças iatrogênicas: se havia alguma responsabilização, nesse caso, deveria ser creditada ao próprio rumo que tomou a medicina moderna, com o “condicionalismo da clínica”. Esta enfraqueceu o médico da família, que conhecia os clientes, que além de “terapeuta” era um “amigo”, um “conselheiro”, um “confidente”. No entender de Torres Pereira, as responsabilidades da indústria farmacêutica na ocorrência de iatrogenias eram derivadas da possível falta de mecanismos de controle eficientes sobre as indústrias em geral. Especificamente nas companhias de artigos de farmácia, a competição poderia gerar propagandas de produtos “condenáveis”. Destacou, nesse quesito, que as legislações eram permissivas e só agiam quando acidentes graves ocorriam. Mesmo assim, em seu discurso era necessário reconhecer a indústria farmacêutica como “credora do notável progresso que tem acompanhado as substâncias medicamentosas” (p.208). Por sua vez, quanto às responsabilidades da comunidade, o doutor Torres Pereira, em sua reflexão, foi um juiz inclemente:

A comunidade tem larga folha de culpas no problema das doenças iatrogênicas. Doentes ou não, os leigos fazem extraordinário consumo de medicamentos, por automedicação. Grande número de homens gostaria de ser médicos e, aparentemente, por não poderem exercer a profissão ... automedicam-se intensamente.

...

O doente exige do médico que lhe receite as últimas novidades de que ouviu falar (Torres Pereira, 26 maio 1962, p.208).

Quando finalmente divulgou o desastre, naquela edição de 18 de agosto de 1962, os fatos pertinentes a Portugal não foram objeto de texto especialmente produzido por algum doutor para o *Jornal do Médico*. Eles foram reproduzidos de matéria publicada “recentemente” no *Diário de Lisboa*. Essa chamava atenção para “o natural alarme” que veio a público sobre o sedativo Softenon®, “há pouco retirado do mercado” português. A certa altura, a matéria afirmava: “Não há uma única prova cientificamente válida de que a ‘Talidomida’ possa provocar malformações”, sugerindo, no entanto, haver “fortes suspeitas” de que o Softenon® pudesse produzir “uma eventual ação teratogênica” (O que vai..., 18 ago. 1962, p.862; destaque no original). Na referida matéria transcrita do *Diário de Lisboa* podia-se ler:

Em Portugal, ao que se parece, são felizmente, em menor número os casos de malformações congênitas, devidas a esse perigoso medicamento, porquanto, os nossos clínicos têm sido, ‘sempre’, cuidadosos na administração de sedativos ou hipnóticos, sobre os quais pouco se sabe, a longo prazo, muito em especial no que respeita aos seus efeitos secundários (O que vai..., 18 ago. 1962, p.862; destaque meu).

Ainda no texto originalmente impresso em Lisboa havia anotação de uma fala do doutor João Mendes, chefe do Serviço de Medicamentos da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, em que ele dizia: “Visto que a opinião dos cientistas se divide, a Direção-Geral de Saúde tem dúvidas de que seja o ‘Softenon’ a causa das malformações observadas” (O que vai..., 18 ago. 1962, p.862; destaque no original).

Uma semana depois, em 25 de agosto, o *Jornal do Médico* publicou editorial escrito pelo médico oncologista Fernando Namora intitulado “Uma história de horrores”. O texto de Namora foi o único que apontou para um comprometimento do médico no triste desfecho da produção da teratogenia. Para ele “a responsabilidade, a ser procurada”, no caso da talidomida, cobria “toda uma engrenagem, a que também os médicos têm dado, prazenteiramente, a sua mão”. Entretanto, na narrativa de Namora a responsabilização do médico perdia-se no intrincado jogo da ciência, que, muitas vezes, opunha a terapêutica do passado com a do presente: “É essa, aliás, uma das glórias e uma das vicissitudes da medicina: ter de negar o que, ainda ontem, parecia indiscutível, refundir todos os dias as suas vias de esclarecimento, nunca dar por concluída a sua tarefa” (Namora, 25 ago. 1962, p.871). Para o médico, já com renome também no campo da literatura,<sup>8</sup> o caso da talidomida era “uma tremenda advertência” para a comunidade dos médicos: “nem a insatisfação da medicina deve traduzir-se pela fúria obcecante pela novidade, nem as virtudes de uma droga já bem conhecida e consagrada legitimam o desinteresse por lhe opormos uma outra mais atuante (Namora, 25 ago. 1962, p.871).

A indústria farmacêutica, para o doutor Namora (25 ago. 1962, p.871), apresentava novidades que faziam com que os médicos abandonassem “o arsenal de drogas envelhecidas, mas seguras”. Concluiu o escritor pela necessidade de uma medicina com mais cautela e menos afoita na busca de novas drogas, uma vez que a “farmácia” era “uma indústria, com os seus alvos, as suas estratégias”. A moda terapêutica era uma “moda que, a todo momento, [criava] e [espevitava] necessidades”, tornando “o medicamento aliciante”.

Em vez de incitar a indústria farmacêutica a uma ansiosa renovação do seu mostruário, a medicina deve, pelo contrário, dar-lhe um exemplo de tranquilidade, fazendo ‘durar’ os medicamentos que já não guardam segredos para quem os manipula e administra, defendendo-os das ‘novidades’ que chamam a si todos os méritos sem nos poderem garantir que são isentas de graves defeitos. Um remédio não é uma peça de vestuário que se possa encurtar ou alongar depois de sujeito ao paladar da clientela (Namora, 25 ago. 1962, p.871; destaques meus).

Na mesma edição em que Fernando Namora escreveu o editorial, o *Jornal do Médico* reproduziu, na “Íntegra”, na coluna “A vida médica nacional”, entrevista com o diretor-geral de saúde, o doutor Augusto da Silva Travassos, publicada anteriormente no jornal *Diário de Lisboa*. Ele asseverou: “Não existe, entre nós, um maior número de malformações congênicas imputáveis à Talidomida” (O diretor geral..., 25 ago. 1962, p.900). Segundo ele, isso se devia ao fato de que “a administração abusiva de tranquilizantes” não era uma realidade em Portugal, por dois motivos: “o ritmo da vida portuguesa ser menos trepidante”, e porque “os clínicos têm tido, ‘sempre’, o louvável cuidado de não prescreverem, salvo em circunstâncias especiais, o uso de modernos sedativos ou hipnóticos” (p.900; destaque meu). O doutor Travassos afirmou que os serviços oficiais autorizaram a venda da droga “sob receita”, e que “não tinha elementos para avaliar a repercussão” dos acidentes motivados pela talidomida no país. Até aquele momento, a Direção Geral de Saúde não havia recebido “qualquer notificação ou declaração relativa a acidentes dessa natureza” (p.900). Na entrevista, o diretor do órgão oficial mencionou que, além do Softenon®, outra droga com talidomida também esteve presente no mercado português: o Sedi-Lab®, que, segundo ele, não chegou a circular pelo período de um ano no país. Reforçou o doutor Travassos que, assim como no caso do Softenon®, neste também o medicamento tinha sido autorizado nos termos legais, “mas sob condição” de ser vendido “sob receita médica” (p.900).

A edição de 25 de agosto continuou a divulgar, na coluna “O que anda pelo mundo”, informações “represadas” sobre o desastre da talidomida, com cinco chamadas, em pequenos textos, sob os seguintes títulos: “Mais de 4.000 crianças deformadas na Alemanha por causa da ‘Talidomida’”; “O dramático caso de eutanásia de uma criança deformada pela ‘Talidomida’”; “O ‘Enovid’ será outra droga infernal?”; “Investigações sobre o ‘Enovid’, a nova droga suspeita de causar mortes”; “A responsabilidade do drama da ‘Talidomida’ cabe a toda sociedade – afirma o cientista Jean Rostand” (O que vai..., 25 ago. 1962, p.897; destaques no original). Portugal parecia estar distante do desastre: o caso de eutanásia referia-se à Bélgica; O Enovid era pertinente aos Estados Unidos; e o texto sobre o cientista referia-se a uma entrevista que ele concedera à radiotelevisão francesa. Esta última notícia foi a que teve maior destaque em termos de tamanho. Afirmava:

Não se pode acusar o médico que receitou, o farmacêutico que vendeu, nem mesmo os Laboratórios que fabricaram esse medicamento anódino e, no entanto, causa de alguns milhares de nascimentos de crianças monstruosas. O que é condenável é o estado geral duma sociedade que permite se utilizarem tantos medicamentos de efeitos incertos. Seria preciso diminuir o número desses medicamentos (O que vai..., 25 ago. 1962, p.897).

Em sucessivas edições de 1962, a coluna “O que vai pelo mundo” retornou com breves textos sobre o assunto: em 1 de setembro, em 15 de setembro, em 22 de setembro, em 13 de outubro, em 27 de outubro, em 17 de novembro e em 1 de dezembro. O que vale destacar nessas pequenas matérias é que todos os conteúdos se referiam à talidomida em terras além de Portugal, sobretudo na Alemanha, ou discorriam genericamente sobre os efeitos da droga. Numa delas se anotou: “Uma conclusão prática se deduz de todos os artigos publicados sobre o assunto: abstenção na mulher grávida, durante as nove semanas que se seguem à última data presumida das regras, de toda terapêutica, salvo caso de urgência” (O que vai..., 17 nov. 1962, p.634).

Por fim, duas edições de dezembro de 1962, a do dia 8 e a do dia 22, finalizaram aquele ano com reflexões que incidiam sobre o desastre da talidomida. A primeira mencionava o evento indiretamente; a segunda, diretamente. A do dia 8, um editorial assinado por Joaquim Pacheco Neves, intitulado “O prestígio da droga”, nem chegou a mencionar o nome “talidomida”, apenas limitou-se o médico a questionar o sucesso que muitas substâncias atingiam: “Se à indústria química e farmacêutica deve a medicina muitos de seus maiores êxitos e os doentes muitas das suas possibilidades de cura, não se deve porém ter nela toda uma confiança cega...” (Neves, 8 dez. 1962, p.935). Para ele, se o médico fazia “um jogo perigoso que as condições da clínica justificam”, “o grande culpado” era “o doente que aceita como ótimo tudo o que se diz fazer bem à saúde e que se sujeita a uma tutela terapêutica, sem averiguar até que ponto ela é merecedora de crédito” (p.935). Por sua vez, o artigo científico dos doutores P. Chassagne e P. Lechat, traduzido de *Médecine et Hygiène*, de setembro de 1962, publicado na coluna “Seleções e divulgações”, levantava e debatia várias possibilidades de causas relativas aos efeitos teratogênicos dos medicamentos, o que incluía um debate sobre a talidomida. Nesse caso, os autores enfatizaram a ocorrência da teratogenia não como resultado da “posologia” ou relacionada com “a continuidade ou a intermitência do tratamento”, mas como consequência do período crítico gestacional em que a mulher pudesse ter ingerido o medicamento, isto é, o primeiro trimestre (Chassagne, Lechat, 22 dez. 1962, p.1.078).

### **Considerações finais**

Uma das características da sociedade global de risco, nos termos de Beck (2011), é sua invisibilidade, e isso decorre, muitas vezes, da fé que os indivíduos em geral – incluindo aí os próprios médicos – têm na potencialidade dos benefícios da ciência e da tecnologia. As peças publicitárias das páginas do *Jornal do Médico*, entre o início do último trimestre de 1960 e o final de 1961, apresentaram aos profissionais da medicina de Portugal o produto Softenon®, medicamento anunciado como “de maior segurança”. A ênfase da propaganda foi voltada para o efeito sedativo do medicamento, com desenhos sugestivos de calma: primeiramente com lua e nuvens, em 1960, e posteriormente, em 1961, com uma mulher deitada em posição confortável à fruição do sono. Propagandas que anunciavam medicamentos “totalmente atóxicos”, com base na talidomida, foram registradas em vários países.

Não deixa de ser constrangedor o fato de que um periódico da envergadura e do *status* científico do *Jornal do Médico* – voltado estritamente para a classe médica, em que até mesmo as seções aparentemente “menos científicas” requeriam conhecimento e domínio de linguajar técnico-científico especializado no campo da medicina e da farmácia – tenha demorado tanto tempo para divulgar, entre os seus leitores, o desastre da talidomida. Nesse sentido, se é verdade que a publicação esteve menos sujeita à pena externa do censor, muito provavelmente o seu próprio editor e demais membros da equipe glosaram, por um bom tempo, matérias sobre o que a comunidade científica europeia já havia tomado conhecimento desde dezembro de 1961: que a substância talidomida era agente causador de teratogenia em bebês e que também produzia neuropatia periférica/polineurite em adultos.

Há que pensar, entretanto, que o lápis azul do regime político português, que sempre procurou encobrir fatos desabonadores ao Estado Novo, com vistas a proteger suas instituições, deve sim, ter pesado na decisão pela divulgação atrasada do fenômeno do desastre da talidomida. Isso tem de ser levado em consideração, uma vez que estruturas administrativas estatais relativas à tutela de medicamentos também atavam-se, com responsabilidades, ao desastre ocorrido. Nesse sentido, a morosidade em se publicar notícias sobre a iatrogenia medicamentosa não significava escudar apenas a equipe editorial do *Jornal do Médico*; implicava, igualmente, o resguardo às instituições portuguesas de medicina e farmácia, instituições as quais alguns dos próprios colaboradores do periódico, no período analisado, também eram vinculados.

Ao mesmo tempo que revelou o desastre da talidomida, o *Jornal do Médico* priorizou a divulgação de pequenas matérias sobre o que se passava na Alemanha, na Inglaterra e nos EUA. Assim, apresentou o fenômeno como se estivesse “distante” de Portugal e francamente minimizou os riscos referentes à circulação da droga no país naquele momento.

O discurso do periódico, após a divulgação do desastre, foi nitidamente construído no sentido de liquefazer alguma responsabilização médica, visto que atuou na defesa da corporação e logo isentou a própria comunidade de doutores de qualquer culpa efetiva no caso. Os textos sobre o fenômeno teratogênico da talidomida ora enfatizaram uma possível responsabilidade da indústria farmacêutica, porém chamando atenção ao fato de que ela estava inserida num jogo mais complexo, o jogo das novidades ofertadas pela indústria em geral; ora deslizaram para a reflexão sobre um desvirtuamento da própria medicina, na qual a nova clínica estabelecida, seduzida pelo canto da sereia das novidades farmacológicas, levou alguns profissionais ao esquecimento das virtudes da tradicional medicina de família já bem estabelecida, mesmo com os seus “medicamentos antigos”.

Na produção e definição de conhecimentos acerca das responsabilidades pelo desastre da talidomida, o *Jornal do Médico* até mesmo culpabilizou os doentes: pelo costume da automedicação e pela pressão que eles exerciam sobre os médicos para obtenção de prescrição de drogas recentes colocadas no mercado. Essas novidades farmacológicas, no entanto, seguiram constantemente divulgadas em peças publicitárias de grande destaque nas páginas do periódico por muitos anos.

Poucos foram os casos de iatrogenia medicamentosa por talidomida registrados, oficialmente, em Portugal. Oito anos após o desastre, a revista *O Século Ilustrado* publicou

reportagem de Joaquim Gaio (7 nov. 1970, p.31) que noticiava a existência de quatro crianças afetadas pela droga no país. Talvez a legislação mais rígida de controle de medicamentos, a partir de 1957, com o decreto n.41.448, tenha auxiliado nesse resultado. Lembra-se, aqui, que, de acordo com o que foi noticiado pelo *Jornal do Médico*, o produto talidomida foi colocado no mercado português nos meses finais do ano de 1960 e sob receita médica; de qualquer forma, é plausível que, no Estado Novo, a negligência das autoridades de saúde pública em se apurar responsabilidades acerca do desastre tenha contribuído para uma estimativa baixa de casos. Em Portugal não se tem registro sobre o consumo da droga e sua relação com os natimortos do período; também não se sabe quantos bebês nascidos com deficiências, em virtude de suas mães terem ingerido Softenon®, vieram a óbito horas, semanas ou poucos meses após o nascimento; tampouco o *Jornal do Médico*, até o final de 1962, trouxe informações produzidas por médicos sobre as eventuais doenças resultantes dos efeitos adversos da talidomida entre portugueses de idade adulta que consumiram a substância, sobretudo as mulheres que buscaram “descansar e dormir sem riscos”.

## NOTAS

<sup>1</sup> Silvia Bittencourt, Sandra Caponi e Sônia Maluf (2013, p.514) indicam que, acompanhando esses novos tempos da indústria de medicamentos, edições sucessivas de livros manuais para acadêmicos marcam “o início de uma época em que a farmacologia passa a fazer parte da formação dos profissionais médicos”.

<sup>2</sup> No mês de agosto de 1956, de acordo com Lenz, a Grünenthal já dispunha de “folhetos promocionais enumerando uma série de indicações” para tratamento médico com os produtos que tinham base na talidomida. Entre elas: “Irritabilidade, fraca concentração, estado de pânico, ejaculação precoce, tensão pré-menstrual, medo de ser examinado, desordens funcionais do estômago e vesícula biliar, doenças infecciosas febris, depressão leve, ansiedade, hipertireoidismo e tuberculose”. A companhia alemã, segundo Lenz (1988, p.203), “alegou e sustentou por vários anos que tal droga multipotente era virtualmente livre de efeitos colaterais”.

<sup>3</sup> A imprensa da década de 1960 usou e abusou do termo “tragédia” para se referir aos acontecimentos da talidomida. Aqui, usa-se o termo desastre e não tragédia, por entender-se que este último remete à noção de fatalidade e infortúnio individual e familiar e, nesse caso, coloca o fenômeno num espaço social em que o delineamento de responsabilidades se enfraquece ou se dissipa. Apesar de o termo desastre também poder ser associado à fatalidade, ele se torna mais apropriado ao nos lembrar da ideia de prejuízo, em seus componentes físico, moral, material e emocional. Já se sabia, por exemplo, no interior da comunidade farmacêutica, desde 1955, que moléculas com peso abaixo de 1.000 poderiam atravessar a placenta. O peso da molécula da talidomida é 258 (Brynnner, Stephens, 2001, p.12). Stuart Anderson (2016, p.49) afirma que a comunidade médica na Grã-Bretanha, por exemplo, ignorou os “perigos de medicamentos na gravidez”, citando o caso de Ballantyne, lembrado pela pesquisadora de história da medicina Ann Dally (1998). Ballantyne era professor de patologia em Edimburgo, e já em 1904 havia listado “‘variedades de estados mórbidos fetais’ que incluíam doenças transmitidas e estados toxicológicos, que foram, no entanto, firmemente ignorados pela comunidade médica” (Anderson, 2016, p.53; destaque no original).

<sup>4</sup> Francieli Lunelli Santos, pleiteia que, a despeito de Ulrich Beck enfatizar a sociedade de risco a partir do exemplo de Chernobyl, ocorrido na década de 1980, o caso da talidomida, entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, pode ser pensado nos moldes de uma sociedade global de risco nos termos de Beck. Segundo ela, os impactos da indústria farmacêutica da época “geraram problemas e demandas em âmbito global” (Santos, 2018, p.36). Conforme evidencia a autora, pela própria literatura disponível sobre o tema do desastre da talidomida, ele foi um fenômeno global, verificado em todos os continentes. Além disso, observa, tendo em mente os apontamentos do sociólogo alemão sobre a distribuição e o incremento dos riscos, que o evento da iatrogenia medicamentosa foi um acidente cujos efeitos deletérios perpassaram diversas camadas sociais. Essa questão interclassista é um dos pontos destacados por Beck (2011, p.41-43) para caracterizar a sociedade global de risco, lembrando ele que as possibilidades de se contornar as adversidades dos riscos – mais evidentes entre os mais ricos – não deixam de reforçar a sociedade de classes.

<sup>5</sup> Dois anos após deixar a direção do *Jornal do Médico*, no terceiro Congresso da União Nacional, realizado em Coimbra, em 1951, Mário Cardia defendeu tese em que “repudiva a socialização da medicina, considerada contrária à ética do Estado Novo” (Almeida, 2017, p.165).

<sup>6</sup> Em artigo de 2002, José Augusto Cabral de Barros e Sabrina Joany chamam atenção para o fato de que “com o incremento da quimiossíntese, nas últimas seis décadas, os medicamentos passaram a ocupar, de forma crescente, lugar de destaque e hegemônico como alternativa para a cura das doenças e alívio dos sintomas”. Os autores apontam que nas revistas médicas proliferam anúncios e que “a publicidade inserida nas revistas médicas” é, muitas vezes, a “responsável pelo custeio das mesmas” (Barros, Joany, 2002, p.892, 894).

<sup>7</sup> O Laboratório Paracélsia também anunciou, nas páginas do *Jornal do Médico*, entre 1961 e 1962, outros medicamentos da Chemie Grünenthal: o Streptotenat<sup>®</sup> e o Didrotenat<sup>®</sup>, alternativas para a estreptomicina, anunciados como “possibilidades de tratamentos prolongados” (Anúncio Streptotenat..., 29 jul. 1961, p.672); o Tardamide<sup>®</sup>, apresentado como “o melhor rumo em sulfonamidoterapia”, com “absorção imediata” e “nenhum risco de acumulação” (Anúncio Tardamide, 5 maio 1962, p.39); e o Silubin<sup>®</sup>, antidiabético divulgado como “ativo em todas as formas de diabetes” e com “excelente tolerância gastrointestinal” (Anúncio Silubin, 15 dez. 1962, p.1029).

<sup>8</sup> À época, Fernando Namora já havia publicado 13 títulos, sobretudo romances.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Andreia da Silva. *A saúde no Estado Novo de Salazar: políticas, sistemas e estrutura de saúde*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa. 2017.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.
- ANDERSON, Stuart. Opportunities missed, warnings ignored: re-discovering the history of drug safety in Great Britain following the thalidomide disaster 1961. *Debater a Europa*, n.14, p.49-72. 2016.
- ANÚNCIO SILUBIN. Anúncio Silubin. *Jornal do Médico*, ano 22, v.49, n.1038, p.1029. 15 dez. 1962.
- ANÚNCIO SOFTENON. Anúncio Softenon. *Jornal do Médico*, ano 21, v.46, n.984, p.706. 2 dez. 1961.
- ANÚNCIO SOFTENON. Anúncio Softenon. *Jornal do Médico*, ano 20, v.43, n.924, p.212. 8 out. 1960.
- ANÚNCIO STREPTOTENAT... Anúncio Streptotenat – Didrotenat. *Jornal do Médico*, ano 21, v.45, n.966, p.672. 29 jul. 1961.
- ANÚNCIO TARDAMIDE. Anúncio Tardamide. *Jornal do Médico*, ano 22, v.48, n.1006, p.39. 5 maio 1962.
- AOS NOSSOS... Aos nossos leitores. *Jornal do Médico*, ano 21, v.46, n.983, p.654. 25 nov. 1961.
- AROSO, Inês. *Jornalismo na imprensa médica em Portugal*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. 2016.
- BARROS, José Augusto Cabral de; JOANY, Sabrina. Anúncios de medicamentos em revistas médicas: ajudando a promover a boa prescrição? *Ciência & Saúde Coletiva*, v.7, n.4, p.891-898. 2002.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34. 2011.
- BELL, Victória. *Introdução dos antibióticos em Portugal: ciência, técnica e sociedade, anos 40 a 60 do século XX*. Estudo de caso da penicilina. Tese (Doutorado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade de Coimbra, Coimbra. 2014.
- BITTENCOURT, Silvia Cardoso; CAPONI, Sandra; MALUF, Sônia. Farmacologia no século XX: a ciência dos medicamentos a partir da análise do livro de Goodman e Gilman. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.20, n.2, p.499-519. 2013.
- BRYNNER, Rock; STEPHENS, Trent. *Dark remedy: the impact of thalidomide and its revival as a vital medicine*. Cambridge: Basic Books. 2001.
- CHASSAGNE, P.; GEORGES-JANET, L. Influência sobre o feto de certos tratamentos aplicados à mulher grávida. *Jornal do Médico*, ano 22, v.47, n.997, p.502-505. 3 mar. 1962.



- CHASSAGNE, P.; LECHAT, P.  
A propósito do efeito teratológico dos medicamentos. *Jornal do Médico*, ano 22, v.49, n.1039, p.1077-1081. 22 dez. 1962.
- CRISTINO, José Melo.  
O Professor Artur Torres Pereira. *Sociedade Portuguesa de Microbiologia*. Disponível em: <<https://spmicrobiologia.files.wordpress.com/2015/03/melocristino.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2018. 1999.
- DALLY, Ann.  
Thalidomide: Was the tragedy preventable? *The Lancet*, n.351, p.1197-1199. 1998.
- FURTADO, Diogo.  
O sono e seus problemas. *Jornal do Médico*, ano 21, v.46, n.984, p.697-717. 2 dez. 1961.
- GAIO, Joaquim.  
O caso talidomida 8 anos depois. As vítimas portuguesas aguardam justiça. *O Século Ilustrado*, ano 33, n.1714, p.31-35. 7 nov. 1970.
- JORNADAS...  
Jornadas Farmacêuticas Portuguesas. *Jornal do Médico*, ano 22, v.48, n.1014, p.519-521. 30 jun. 1962.
- LEANDRO, José Augusto; SANTOS, Francieli Lunelli.  
História da talidomida no Brasil a partir da mídia impressa, 1959-1962. *Revista Saúde e Sociedade*, v.24, n.3, p.991-1005. 2015.
- LENZ, Widukind.  
A short history of thalidomide embryopathy. *Teratology*, v.38, p.203-215. 1988.
- MEIKLE, James.  
Thalidomide “caused up to 10.000 miscarriages and infant deaths in UK”. *The Guardian*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/society/2016/mar/06/thalidomide-caused-up-to-10000-miscarriages-infant-deaths-uk>>. Acesso em: 24 abr. 2018. 6 mar. 2016.
- MOKHIBER, Russell (Org.).  
*Crimes corporativos: o poder das grandes empresas e o abuso da confiança pública*. São Paulo: Página Aberta. 1995.
- NAMORA, Fernando.  
Uma história de horrores. *Jornal do Médico*, Editorial, ano 22, v.48, n.1022, p.871. 25 ago. 1962.
- NEVES, Joaquim Pacheco.  
O prestígio da droga. *Jornal do Médico*, Editorial, ano 22, v.49, n.1037, p.935. 8 dez. 1962.
- NOGUEIRA, Judith Lupi; JACQUET, João Baptista.  
Simposium Terapêutico 1960. In: Nogueira, Francisco L.; Peral, Humberto de Castro (Ed.). *Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. ano 5. Lisboa: [s.n.]. 1960.
- O DIRETOR GERAL...  
O Diretor geral de Saúde presta esclarecimentos. *Jornal do Médico*, ano 22, v.48, n.1022, p.900-902. 25 ago. 1962.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; BERMUDEZ, Jorge Antônio Zepeda; SOUSA, Arthur Custódio Moreira de.  
Talidomida no Brasil: vigilância com responsabilidade compartilhada? *Cadernos de Saúde Pública*, v.15, n.1, p.99-112. 1999.
- O QUE VAL...  
O que vai pelo mundo. *Jornal do Médico*, ano 22, v.49, n.1034, p.634. 17 nov. 1962.
- O QUE VAL...  
O que vai pelo mundo. *Jornal do Médico*, ano 22, v.48, n.1022, p.897. 25 ago. 1962.
- O QUE VAL...  
O que vai pelo mundo. *Jornal do Médico*, ano 22, v.48, n.1021, p.856-864. 18 ago. 1962.
- PORTER, Roy.  
*Das tripas coração*. Rio de Janeiro: Record. 2004.
- QUEIRÓS, Alírio.  
*A recepção de Freud em Portugal, 1900-1956*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2009.
- RODRIGUES, Cidrais.  
Ainda o Instituto de Malformações Congênicas. *Jornal do Médico*, Editorial, ano 22, v.47, n.995, p.347. 17 fev. 1962.
- ROLIM, Vanessa Gomes.  
A censura do Estado Novo e do mundo atual. Disponível em: <<https://vanessagomesrolim.files.wordpress.com/2012/10/artigo-a-censura-do-estado-novo-e-do-mundo-actual3.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018. 2012.
- SANTOS, Francieli Lunelli.  
*A história da talidomida no Brasil e a trajetória para conquista de direitos das pessoas com a síndrome teratogênica*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2018.
- SOURNIA, Jean-Charles.  
*História da medicina*. Lisboa: Instituto Piaget. 1995.
- SOUSA, Micaela Figueira de; PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor.  
Farmácia e medicamentos em Portugal em meados do século XX: o papel da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos (1940). *CEM Cultura, Espaço e Memória*, n.5, p.11-26. 2014.

SOUSA, Micaela Doris Assunção Figueira de. *O processo histórico de cientificação de medicamentos em Portugal e a Europa do medicamento: o caso específico da avaliação de medicamentos: vertente normativa e institucional (1920-2016)*. Tese (Doutoramento em Ciências Farmacêuticas) – Faculdade de

Farmácia, Universidade de Coimbra, Coimbra. 2017.

TORRES PEREIRA, A. Doenças iatrogênicas e saúde pública. *Jornal do Médico*, ano 22, v.48, n.1009, p.207-211. 26 maio 1962.

